

BOLETIM CEAS

NOVEMBRO 2022

223ª Ordinária CEAS

Na sequência da aprovação das Atas das Ordinárias 221 e 222, conselheiro(a)s seguiram as discussões sobre os pontos e pauta da 223ª Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social. Contando com apoio da equipe técnica CEAS/PE e suporte de técnicos da SEASS, o encontro aconteceu dia 29, na sede da Casa dos Conselhos.

As prestações de contas do 1º e 2º Trimestre de 2022 foram apresentadas por Cátia Silene, coordenadora do financeiro da SEASS. Com suporte das gerências presentes, conselheiro(a)s esclareceram suas dúvidas, com foco também no orçamento 2023. Ambas as prestações foram aprovadas.

Cátia também respondeu aos questionamentos sobre ofício Nº 2650/2022, do Ministério da Cidadania sobre a “regularização da Prestação de contas – Exercício 2020”. O ponto voltará a ser discutido para comprovação da regulamentação do item. Nos informes, as conselheiras Edjane Santa e Luziana Maranhão fizeram o repasse ao grupo sobre a visita ao Centro de Atendimento à Criança de Garanhuns, quando também conheceram o novo espaço em processo de finalização.





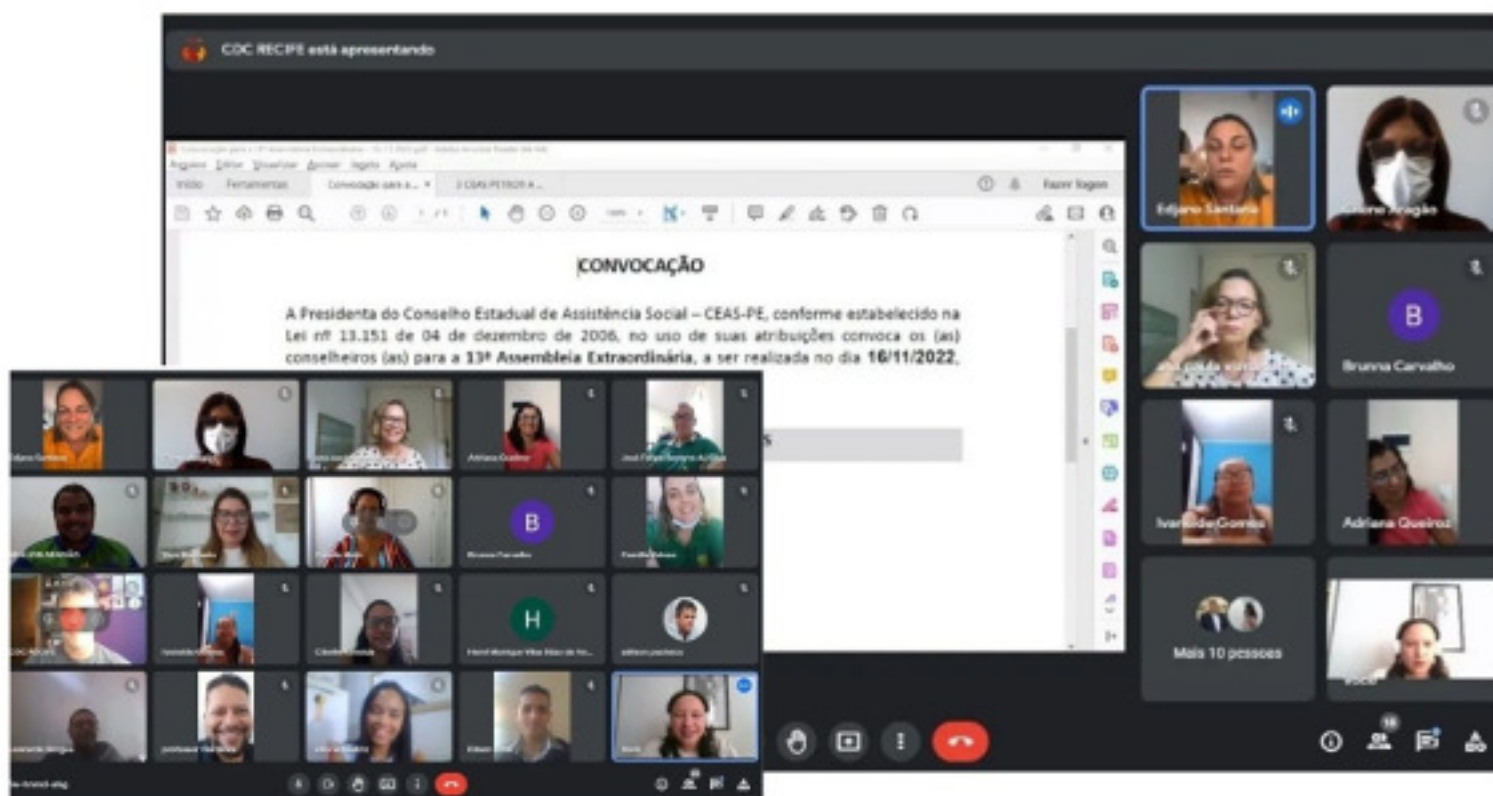
Pontuando sobre a superlotação (com capacidade para 20 crianças e adolescentes, no dia da visita o espaço abrigava 51) como ponto de partida para a discussão. As conselheiras, para além de problemas na estrutura física, relataram questões que chamaram atenção, desde a sobrecarga para equipe, destacando apenas duas pessoas responsáveis pela cozinha, como a condução em situações relativas aos adolescentes, que sem acesso à área de lazer e atividades, tem apenas o momento de uso do tablet como atividade.

Entre os encaminhamentos, o Pleno irá acompanhar o processo de mudança para o novo espaço, assim como a reforma do local atual, visando que seja evitado o problema de superlotação. Assim como solicitará espaço no próximo encontro da CIB para falar sobre o tema, buscando o apoio dos gestores municipais.

Em tempo, a visita a cozinha comunitária de Arcoverde foi remarcada para o início de dezembro. O repasse deverá acontecer na próxima Ordinária CEAS/PE. E, entre outros informes, Ana Paula Viana, secretária-executiva, chamou atenção para o Censo SUAS: três dias para o prazo.



Extraordinária



Na 13ª Extraordinária do Conselho, dia 16, conselheiras e conselheiros analisaram nova proposta de Declaração para Termo de Convênio para utilizar saldo de recurso em caixa com a finalidade de confecção de Prontuários SUAS*.

A pauta da foi requisitada pela gerência de Proteção Social Básica da SEASS com objetivo de atender solicitação do Ministério da Cidadania. Cilene Aragão, coordenadora da Proteção Social Básica, ressaltou a urgência da aprovação e explicou que o documento, como pede o MD, deve ser enviado justificando a quantia excedente, R\$ 91 mil, é resultado de licitação abaixo do valor total inicial.

Os Prontuários SUAS já confeccionados serão distribuídos aos municípios por Região, começado, como disse Cilene, pelas Matas Sul e Norte. Para fazer a retirada, o município deve entrar em contato com a Gerência e informar quem será a representante que fará a retirada.

. Gerência de Proteção Social Básica: (81) 3183-0733 / 991033141

*Instrumento que reúne informações relativas à família ou membro familiar que possibilita a comunicação entre os membros da equipe de referência do CRAS ou CREAS e a continuidade do serviço prestado.



Análise de Conjuntura do Controle Social do SUAS e a representação de Usuário(a)s e Trabalhador (a)s foram pautas abordadas nos três dias da 57ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social, 21, 22 e 23 de novembro, em São Paulo. No encontro, que contou com a participação virtual da ex-Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no governo Dilma Rousseff, também foi eleita a nova coordenadora do Fórum. A conselheira Edjane Santana e o conselheiro Edilázio Wanderley, também secretário da SDSCJ, estiveram presentes.

Márcia Lopes, integrante da equipe de transição do governo Lula, parabenizou conselheiro(a)s reforçando que defende e entende a importância do Controle Social, lembrando também que já fez parte do FONACEAS. A indicação para a presidência de Edson foi feita pelos CEAS das outras quatro regiões do País (Norte, Nordeste, Centro-oeste e Sul). Completando a mesa, do SUL Luciane (CEAS/SC), do Centro Oeste Adão (CEAS/MT), do Nordeste Márcio (CEAS/RN), do Norte Zózimo (CEAS/PA).

O novo presidente do FONACEAS irá executar o trabalho de articulação e mobilização junto aos parlamentares do Congresso Nacional. A respeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do SUAS – 383/2017, que tem como objetivo vincular 1% dos recursos da União para o Sistema Único de Assistência Social (Suas). A PEC 383/17 de autoria do Deputado Danilo Cabral (PSB/PE), estava prevista para ser votada em abril, mas não entrou na pauta por falta de apoio da maioria dos deputados federais.

COEGEMAS

“Perspectivas e Desafios do SUAS” foi o tema da palestra conduzida por Aldaíza Sposati no primeiro dia da Assembleia Geral Descentralizada do COEGEMAS/PE (17). A professora falou para gestores e convidados, propondo reflexões sobre novos cenários e adversidades para retomada do fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social.

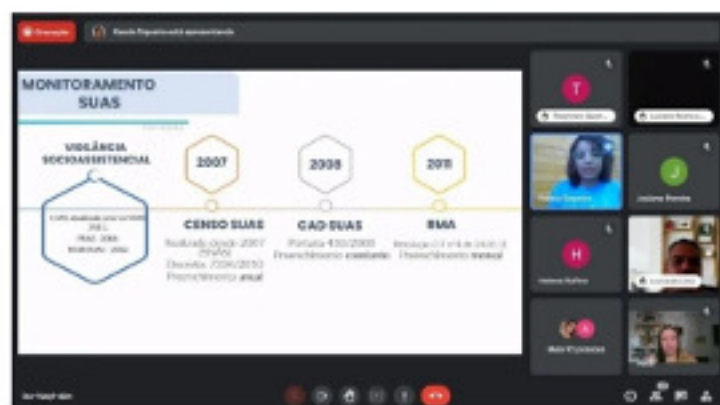
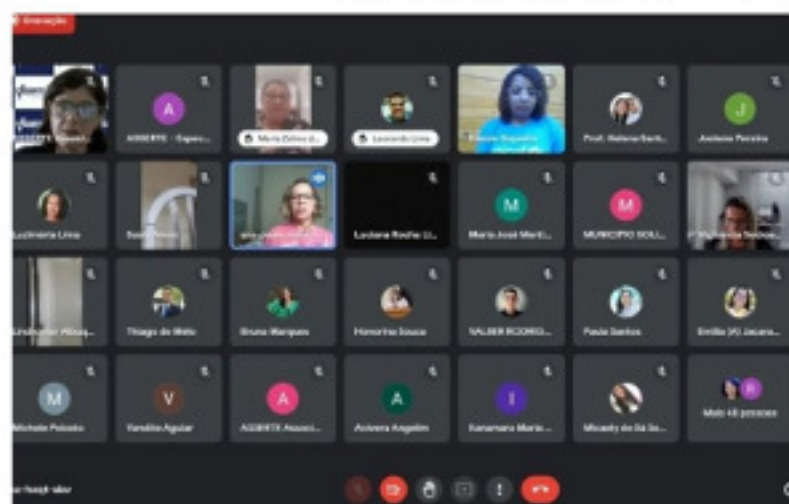
Na mesa de abertura do evento, o tom também foi de ponderação sobre as perspectivas sobre o futuro do SUAS, assim como sua consolidação, como reforçou a conselheira Shirley Samico. Representando do CEAS/PE, ela parabenizou a organização do encontro, destacando duas tarefas compartilhadas por todos: 1. Reconstruir tudo que foi destruído no governo Bolsonaro. Revogar as EC 95 a portaria do calote, entre outras. 2. Fazer a defesa do sistema de proteção social não contributiva.



A programação ainda contou com a apresentação de experiências exitosas nas linhas temáticas Serviços e Programa de Proteção Social Básica (Santa Maria da Boa Vista – Brincando eu Aprendo), Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz (Surubim – Revolução do Cuidado – Cuidando das Mulheres-mães do Programa Criança Feliz de Surubim), Segurança Alimentar e Nutricional (Recife – Integração da Unidade de Segurança Alimentar e Nutricional da Rede Socioassistencial de Recife | Serra Talhada com Boas práticas de Segurança Alimentar e Nutricional em cozinhas comunitárias).

A Descentralizada encerra hoje (18). Entre as atividades, o planejamento 2023 e a construção da Carta de Garanhuns.

ASSERTE - CENSO



O Conselho Estadual de Assistência Social atendendo ao convite da Associação em Defesa da Saúde e da Cidadania participou de encontro virtual, dia 30, para falar sobre a importância do Censo SUAS. O “Plantão Tira-Dúvidas sobre a Elaboração e Entrega do Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) e sobre o Censo SUAS no Resultado Sistêmico” foi conduzido por Ana Cláudia Botelho, especialista em Assistência Social da ASSERTE e contou também com falas de Kássia Siqueira, do Selo Unicef, e Michele Rodrigues, coordenadora da Vigilância Socioassistencial do Estado.

Em sua fala, Ana Paula Viana, secretária-executiva CEAS|PE, chamou a atenção para o esgotamento do prazo – o primeiro foi 2 de dezembro. Ela resgatou o Artigo 30 da Loas, que se refere ao CPF do município (Conselho em funcionamento, Plano de Assistência Social e Fundo de Assistência Social), como condição para que o município receba recursos federais. “As sanções são outra preocupação referente ao preenchimento do SUAS, porque além dos recursos, o município ficará fora das estatísticas, e de qualquer expansão de cofinanciamento criada pelo Governo Federal. Além de ficar impossibilitado de se candidatar ao Selo Unicef”.

Censo Conselho



No último dia 21 a equipe do Conselho Estadual de Assistência Social se reuniu, de forma híbrida, para revisar as repostas do questionário do Censo SUAS 2022. O formulário foi enviado e, como acontece, o CEAS|PE já recebeu o e-mail de confirmação.



A 205ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/PE, dia 10, iniciou com repasse sobre Benefício Continuado Pernambuco Protege/ Quantitativo de órfãos vítimas do COVID-19. Michele Rodrigues, coordenadora da Vigilância Socioassistencial relatou o trabalho na compilação dos dados e necessidade de nova reunião da Câmara técnica criada para discutir o tema, não só para a sistematização dos dados, como a necessidade de discussão da forma de compartilhamento das informações, respeitando a Lei de Preservação de Dados, entre outras questões.

Sem quórum suficiente para deliberação das pautas, o grupo, coordenado por Altair Correia, seguiu para apresentação dos pontos referentes ao Cofinanciamento Fundo a Fundo (GEFEAS): Status dos Demonstrativos Físico-Financeiro 2019/2022 (que vem preocupando a SEASS pela baixa adesão) e balanço dos pagamentos efetuados Fundo a Fundo; Ana Paula, representando o CEAS/PE reforçou o trabalho de mobilização do Conselho, que vem usando todas as ferramentas – redes sociais, contatos diretos e e-mail – para lembrar aos CMAS. Sobre Auxílio Emergencial/posição da ALEPE sobre possível alteração da Lei, os presentes vão solicitar o apoio do secretário da SDSCJ, Edilázio Wanderley.

Fernanda Wanderley, gerente da proteção Básica, falou sobre o Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz – Termo de Colaboração nº 005/2022 (SEI 1300000062.001871/2022-08) – aprovado no CEAS/PE.

POP Rua



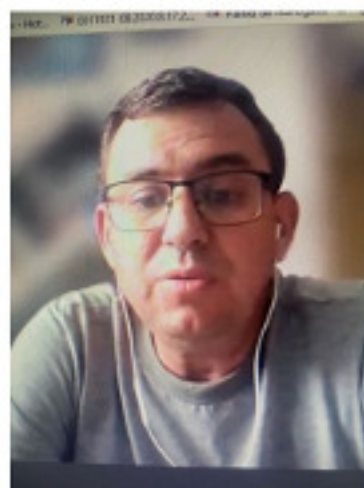
Com condução de Becchara Rodrigues de Miranda, Ana Lúcia de Andrade e Ana Carolina de Souza, o encontro 2022 da Secretaria Nacional de Assistência Social sobre o Monitoramento do Artigo 30 da LOAS aconteceu de forma virtual, dia 25. Leonardo Borges e Camila Melo, da equipe do Conselho Estadual de Assistência Social, acompanharam a discussão ficada no tema.

O Artigo 30 da LOAS se refere ao CPF do município (Conselho em funcionamento, Plano de Assistência Social e Fundo de Assistência Social) e no encontro foi enfatizado que cumprir o que está previsto na LOAS sobre paridade e proporcionalidade de um Conselho de Direito é o que garantirá controle social.

A leitura da minuta da Política Estadual Integral à Saúde da População em Situação de Rua foi um dos pontos da Reunião do Comitê Intersetorial de Políticas para a População em Situação de Rua, realizada dia 3, na Basílica Santa Cecília. O CEAS/PE, representado por Leonardo Borges, acompanhou a Reunião.

O Plano Estadual da População em Situação de Rua foi abordado, com solicitação de contribuições para serem apresentadas nos próximos encontros. O momento também foi de discussão sobre a violência institucional relatada pelos presentes, como, por exemplo, a desconsideração do nome social. Outro ponto abordado foi a descaracterização e serviços e programas, restringindo o acesso de usuário(a)s que fazem uso de alguma substância.

SENARC



Atendendo ao convite da Ação Social Paróquia Palmares, o Conselho Estadual de Assistência Social, representado por Luziana Maranhão, participou do I Encontro sobre Serviço de Acolhimento Institucional, dia 30, no município.

Conselheira representante de trabalhador(a)s, a professora falou sobre a proteção integral e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes em acolhimento, destacando o respeito aos direitos das crianças e adolescentes, dando importância a preservação de vínculos familiares, assim como garantido seu bem-estar diário. No encontro, que contou com a participação de outros municípios, como Água Preta, Amaraji e Lajedo, também foi discutido a importância do Cofinanciamento para o Serviço.

Acolhimento



SEMINÁRIO

Garantir maior visibilidade aos problemas enfrentados pelas pessoas que em situação de rua foi o foco do Seminário “Pessoas em Situação de Rua e os Desafios do Judiciário”, dia 7, no auditório ESMAFE, no edifício Anexo I do TRF da 5ª Região. O encontro foi presidido pela Dra. Polyana Falcão Brito, Juíza Federal Vice-Diretora do Foro e Coordenadora do GT- Pessoas em Situação de Rua/ SJPE, e contou com a presença de Magistrados, Juristas, Acadêmicos, integrantes de Movimentos e diversas personalidades interessadas na temática abordada.

Alinhada à Resolução nº 425 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a discussão visou assegurar a esses grupos o amplo acesso à Justiça, de forma célere e simplificada, buscando a efetivação dos direitos garantidos a essa população pelos diversos programas e políticas públicas existentes. O CEAS/PE, representado por Camila Melo, da equipe técnica, acompanhou o debate, que contou nomes como a com Juíza Federal da 3ª Região, Dra. Luciana Ortiz Zanoni, pioneira no tema, assim como a defensora pública federal, Dra. Ana Carolina Erhardt.